



# DE 13 A 17 FEVEREIRO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Projeto de Lei 410/XIII](#)

Garante que o Imposto de Selo que incide sobre as taxas cobradas por operações de pagamento baseadas em cartões recaia sobre as instituições financeiras (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro)

Autoria: BE

#### [Projeto de Lei 412/XIII](#)

Subsídio Social de Mobilidade

Autoria: PSD

#### [Projeto de Lei 413/XIII](#)

Estabelece as Bases da Política de Ambiente

Autoria: PCP

#### [Projeto de Lei 414/XIII](#)

Altera a Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, que regula o Conselho Económico e Social

Autoria: PSD

#### [Projeto de Lei 415/XIII](#)

Integra representantes dos reformados, pensionistas e aposentados no Conselho Económico e Social, procedendo à alteração da Lei n.º 108/91, de 17 de agosto

Autoria: PSD

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Projeto de Resolução 666/XIII](#)

Recomenda ao Governo a revisão do regime de acesso ao direito e aos tribunais e o regulamento das custas processuais

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 670/XIII](#)

Recomenda ao Governo que adote medidas que simplifiquem a atribuição e o reembolso do subsídio social de mobilidade entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta a Região Autónoma da Madeira

Autoria: PSD



**ENERGIA**

[Portaria n.º 69/2017 - Diário da República n.º 34/2017, Série I de 2017-02-16](#)

Economia

Aprova o dever de dedução pelo CUR do Sistema Elétrico Nacional da energia elétrica produzida em regime especial que beneficia de remuneração garantida, dos valores recebidos pelos centros eletroprodutores que beneficiaram cumulativamente de apoios à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis através de outros apoios públicos



**FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Fundos de Investimento - dezembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - dezembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários - dezembro de 2016](#)

[Contas de Serviços Mínimos Bancários crescem 45 por cento em 2016](#)

Instruções

[Instrução n.º 1/2017](#) - Estabelece os processos e os critérios que as instituições devem seguir ao considerar o uso de isenções de divulgação previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 432.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, bem como a informação que deverá ser divulgada pelas instituições no caso do uso de tais isenções, e o processo de avaliação da necessidade de divulgação, com uma periodicidade superior à anual, da informação exigida na Parte VIII do referido Regulamento.

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

[Regulamento da CMVM n.º 1/2017 - Diário da República n.º 35/2017, Série II de 2017-02-17](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Deveres de reporte dos Peritos Avaliadores de Imóveis

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - janeiro 2017](#)

[Circular aos Auditores sobre prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo](#)

[Indicadores de síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - janeiro 2017](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Circular n.º 1/2017, de 15 de fevereiro](#) - Prestação de informação relativa ao sistema de governação das empresas de seguros no âmbito do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora vigente

[Consulta Pública n.º 3/2017](#) - Nos termos do artigo 47.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões coloca em consulta pública o projeto de Norma Regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no segundo trimestre de 2017.

 **FISCAL**

[Decreto-Lei n.º 19/2017 - Diário da República n.º 32/2017, Série I de 2017-02-14](#)

Finanças

Estabelece um sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas compras realizadas em Portugal, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 151.º da [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março

[Resolução da Assembleia da República n.º 20/2017 - Diário da República n.º 32/2017, Série I de 2017-02-14](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Turcas e Caicos sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 21 de dezembro de 2010

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Resolução da Assembleia da República n.º 22/2017 - Diário da República n.º 32/2017, Série I de 2017-02-14](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Nova Iorque em 27 de setembro de 2015

[Resolução da Assembleia da República n.º 23/2017 - Diário da República n.º 32/2017, Série I de 2017-02-14](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Belize sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres em 22 de outubro de 2010

[Resolução da Assembleia da República n.º 25/2017 - Diário da República n.º 34/2017, Série I de 2017-02-16](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Virgens Britânicas sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, a 5 de outubro de 2010

[Resolução da Assembleia da República n.º 27/2017 - Diário da República n.º 35/2017, Série I de 2017-02-17](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados de Guernsey sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 9 de julho de 2010

[Decreto do Presidente da República n.º 10/2017 - Diário da República n.º 32/2017, Série I de 2017-02-14](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Turcas e Caicos sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 21 de dezembro de 2010

[Decreto do Presidente da República n.º 12/2017 - Diário da República n.º 32/2017, Série I de 2017-02-14](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Nova Iorque em 27 de setembro de 2015

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Decreto do Presidente da República n.º 13/2017 - Diário da República n.º 32/2017, Série I de 2017-02-14](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e o Belize sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres em 22 de outubro de 2010

[Decreto do Presidente da República n.º 15/2017 - Diário da República n.º 34/2017, Série I de 2017-02-16](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Virgens Britânicas sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 5 de outubro de 2010

[Decreto do Presidente da República n.º 17/2017 - Diário da República n.º 35/2017, Série I de 2017-02-17](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados de Guernsey sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 9 de julho de 2010



**SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Portaria n.º 68/2017 - Diário da República n.º 34/2017, Série I de 2017-02-16](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Altera a [Portaria n.º 149/2011](#), de 8 de abril, que estabelece a coordenação nacional, regional e local das unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM), bem como as condições de organização e funcionamento das unidades e equipas prestadoras de CCISM para a população adulta e para a infância e adolescência



**TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Cronologia da televisão digital - atualização da informação](#)

Consulte a cronologia da televisão digital atualizada até janeiro de 2017.  
14.02.2017

[Comissão revela resultados da consulta sobre tarifas de terminação](#)

A Recomendação contribuiu para a redução das tarifas de terminação e aumento da concorrência.  
14.02.2017

[Cronologia das comunicações - atualização da informação](#)

Consulte a cronologia das comunicações atualizada até dezembro de 2016.  
14.02.2017

[Relatório sobre serviços over-the-top](#)

ANACOM disponibiliza informação sobre utilização de serviços de instant messaging e de chamadas de voz e vídeo através da Internet.  
16.02.2017

[Legislação - atualização da informação](#)

Decisão de Execução (UE) 2017/179 da Comissão, de 01.02.2017.  
16.02.2017



**RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 2/2017/A - Diário da República n.º 33/2017, Série I de 2017-02-15](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2015

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2017/A - Diário da República n.º 33/2017, Série I de 2017-02-15](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda a realização de um estudo sobre a abstenção eleitoral nos Açores - abstenção técnica e abstenção consciente: evolução, causas e formas de combate



**RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 4/2017/M - Diário da República n.º 31/2017, Série I de 2017-02-13](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo da República que sejam retomados e publicitados os acordos bilaterais para que as Regiões Autónomas possam designar um representante

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA UE

#### ATOS NÃO LEGISLATIVOS

##### Financeiro

Decisão (UE) 2017/274 do Banco Central Europeu, de 10 de fevereiro de 2017, que estabelece os [princípios para a prestação de informação sobre o desempenho dos subcoordenadores das autoridades nacionais competentes](#) e revoga a Decisão (UE) 2016/3 (BCE/2017/6)

#### OUTROS ATOS

##### Auxílios Estatais

Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 84/16/COL, de 27 de abril de 2016, que altera, pela centésima primeira vez, as [regras processuais e materiais no domínio dos auxílios estatais através da introdução de novas orientações para a análise da compatibilidade com o funcionamento do Acordo EEE dos auxílios estatais destinados a promover a realização de projetos importantes de interesse europeu comum](#)

### COMISSÃO EUROPEIA

[Previsões económicas do inverno de 2017: navegar em mares alterosos](#)

As economias de todos os Estados-Membros da UE deverão crescer em 2016, 2017 e 2018

[Transportes: A Comissão instaura ações no Tribunal de Justiça da UE contra CROÁCIA, PAÍSES BAIXOS, PORTUGAL e SUÉCIA por não terem transposto corretamente as normas da UE em matéria de cartas de condução](#)

A Comissão Europeia decidiu instaurar ações no Tribunal de Justiça da União Europeia contra a **Croácia**, os **Países Baixos**, **Portugal** e a **Suécia** por estes países não terem transposto corretamente a legislação europeia em matéria de cartas de condução ([Diretiva 2006/126/CE](#)).

### PARLAMENTO EUROPEU

[Cortes nas emissões de CO2: entre a ambição climática e a proteção da indústria](#)

Os eurodeputados votaram esta semana, em sessão plenária, uma proposta de revisão do regime de comércio de licenças de emissão da UE, um instrumento essencial para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa. A UE é o terceiro maior emissor global de CO2 mas pretende reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa em pelo menos 40% até 2030 (vs níveis de 1990). As alterações ao regime devem ajudar a atingir o objetivo ao mesmo tempo que protegem a competitividade da indústria europeia.

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Alexander Van der Bellen: “A ideia da Europa merece todo o nosso empenho”](#)

“A ideia da Europa é maravilhosa. É única e merece todo o nosso empenho”, afirmou o Presidente da Áustria, durante o seu discurso no Parlamento Europeu em Estrasburgo. Destacando o sucesso da integração europeia, Alexander Van der Bellen sublinhou que “só juntos” poderemos responder aos desafios com os quais a Europa é atualmente confrontada.

[Crise da dívida grega: é o momento de agir, dizem eurodeputados](#)

A situação na Grécia e a questão da dívida grega estão de regresso à agenda da UE. Nos próximos dias, Atenas recebe uma delegação da UE e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para avaliar a implementação das reformas previstas no plano de resgate, uma condição necessária para a manutenção do apoio internacional à Grécia.

[CETA: novas oportunidades para as empresas europeias no Canadá](#)

O Parlamento Europeu aprovou a 15 de fevereiro, o Acordo Económico e Comercial Global (CETA) com o Canadá. O comércio entre a UE e o Canadá representou mais de 60 mil milhões em 2015. Continue a ler e assista ao nosso vídeo para saber mais sobre o CETA e as suas vantagens para empresas, trabalhadores e consumidores.

[CETA: Parlamento Europeu aprova acordo de comércio livre entre a UE e o Canadá](#)

Os eurodeputados aprovaram com 408 votos a favor, 254 contra e 33 abstenções o Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá (CETA), que regula o comércio de mercadorias e de serviços, o acesso aos contratos públicos, a proteção das indicações geográficas e o processo de resolução de litígios relativos a investimentos.

A aprovação da assembleia europeia permite que o CETA seja aplicado a título provisório a partir do próximo mês de abril. O acordo precisa ainda de ser ratificado pelos parlamentos nacionais e regionais de todos os Estados-Membros para entrar plenamente em vigor.

[Robôs: Eurodeputados defendem quadro legal comum para a sua utilização](#)

Os robôs fazem parte do nosso dia-a-dia, mas a sua utilização ainda não está devidamente regulamentada. Os eurodeputados debateram, 15 de fevereiro, e votam no dia seguinte em Estrasburgo, um relatório que defende a adoção de um quadro legal a nível europeu para dar resposta aos múltiplos desafios jurídicos e éticos relacionados com os robôs e a inteligência artificial. Quem deve ser responsabilizado em caso de danos causados por um robô? Vão os robôs roubar os nossos empregos?

[Primeiro-ministro do Canadá Justin Trudeau: o comércio tem de funcionar em benefício dos cidadãos](#)

«O acordo CETA não diz respeito apenas ao comércio, a importações e exportações, a lucros. Pretende melhorar a vida das pessoas”, afirmou o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, ao discursar perante os eurodeputados, 16 de fevereiro em Estrasburgo. Justin Trudeau é o primeiro chefe de governo do Canadá a discursar no Parlamento Europeu e a sua visita ocorre um dia após os eurodeputados terem aprovado o Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o seu país (CETA).

[Schengen: Parlamento Europeu aprova controlos sistemáticos nas fronteiras externas](#)

Os Estados-Membros da UE vão passar a realizar controlos sistemáticos de todas as pessoas, incluindo cidadãos europeus, que atravessem as fronteiras externas, de acordo com uma alteração ao Código das Fronteiras Schengen aprovada pelo PE. As novas regras, já acordadas com os governos nacionais e que visam combater o fenómeno dos chamados combatentes estrangeiros, torna mais exaustiva a utilização do Sistema de Informação Schengen (SIS) e de outras bases de dados nacionais e da Interpol.

[Parlamento Europeu apresenta a sua visão sobre o futuro da EU](#)

Os eurodeputados aprovaram três relatórios com a sua posição sobre o futuro da União Europeia, nos quais propõem melhorias no funcionamento da UE com base nos instrumentos atualmente previstos no Tratado de Lisboa, fazem recomendações para futuras alterações ao Tratado e defendem a criação de uma capacidade orçamental para promover a convergência na zona euro.



Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Eurodeputados querem regras europeias sobre robôs e inteligência artificial](#)

A União Europeia deve adotar regras em matéria de robótica e de inteligência artificial que tenham em conta questões como a responsabilidade civil, os princípios éticos relacionados com as suas inúmeras implicações sociais, o impacto sobre o emprego e a proteção da segurança e da privacidade, diz o Parlamento Europeu (PE) num relatório de “iniciativa legislativa” aprovado por 396 votos a favor, 123 contra e 85 abstenções.

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 16 DE FEVEREIRO 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

- Acordo de Revisão da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, através da qual se reforça a proteção social das pessoas que estão ou estiveram sujeitas às legislações dos dois países, bem como aos seus familiares e sobreviventes, procurando potenciar a sua integração nas sociedades de acolhimento.

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009*

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards 2015-2012*

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos  
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011*